

DAS RELAÇÕES ENTRE PAÍSES CONDÔMINOS QUE PODEM CATALISAR A COMUNIDADE DE SEGURANÇA

Neuton Messias da Silva Neto¹

RESUMO

Este artigo busca abordar a formação da Comunidade de Segurança para a Floresta Amazônia através das relações entre os países condôminos da mesma. Para tanto, duas frentes serão abordadas. A primeira trata-se das relações bilaterais, tendo o Brasil como centro. Nesta parte, está sendo levado em consideração a forma como a floresta é tratada pelos documentos oficiais de defesa dos países. No segundo momento, é apresentado o caminho multilateral, colocando em destaque duas estruturas sul-americanas: a UNASUL (União de Nações Sul Americanas) e a OTCA.

Palavras-chave: Comunidade de Segurança; Amazônia; Segurança; Defesa.

UMA REMOTA POSSIBILIDADE BILATERAL

O subcontinente sul-americano é uma região sem conflitos belicosos entre os Estados há mais de 70 anos². Contudo, mesmo que haja processos cooperativos profundos entre os países do subcontinente, em alguns aspectos houve pouco avanço. A semântica em torno dos temas atinentes à Defesa pode ser citada como exemplo. Saint-Pierre e Silva (2013) classificam a divergência conceitual em Defesa como uma “Torre de Babel”³. Reforça-se, neste ponto, a necessidade de uma convergência semântica para que haja a gênese da Comunidade de Segurança.

Perceber que há uma divergência beira a obviedade. Ora, a formação dos estados sul-americanos é bastante diversificada e, ainda que haja a convivência ao longo dos séculos, interesses diversos fizeram com que os países, ainda que dialoguem, falem em semânticas diferenciadas. Atualmente, há a tentativa da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) em alinhar os discursos, contudo, esta tentativa será retomada em outra seção deste artigo.

Saint-Pierre e Silva afirmam que:

Uma constatação fácil que surge ao analisar a situação regional de Defesa é que nem todos os atores regionais compreendem o mesmo por “Defesa”, “segurança” ou até

¹ Bacharel em Relações internacionais do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE)

² O último ocorrido foi solucionado no ano de 1942, entre Peru e Equador. Também é válido ressaltar que o foco é entre os países sul-americanos; logo, desconsidera-se o conflito entre Argentina e Reino Unido pela posse das Malvinas/Falklands.

³ A Torre de Babel está posta como uma metáfora, utilizando-se como base o mito bíblico do surgimento das mais diversas línguas e linguagens do mundo.

mesmo por “cooperação”. As diferenças históricas, geopolíticas, culturais, idiossincráticas, institucionais, de percepções de ameaças e suas capacidades defensivas fazem parte da explicação dessa polifonia. Todavia, os entendimentos na base de qualquer negociação [...] exigem, como condição de possibilidade [...] de univocidade conceitual, ou seja, que todos atribuam a cada conceito, e só a ele, uma e apenas única semântica (SAINT-PIERRE; SILVA, 2013, p. 284-285)

O processo de securitização depende de um discurso bem alinhado com as identidades componentes dos países. Bem como, para se criar uma Comunidade de Segurança, estes discursos também têm que estar alinhados entre os países que compõe tal região. Logo, em meio a tal “Torre de Babel”, o objetivo desta pesquisa é detectar os pontos que convergem nas discussões sobre a segurança e defesa da Amazônia entre os países condôminos da floresta. Para tanto, alguns livros brancos de segurança nacional serão considerados⁴. Válido ressaltar que alguns países não fizeram atualização recente destes documentos, sendo o de data mais próxima, o brasileiro.

O Peru trata como ameaças internacionais as possibilidades de aplicação na América do Sul de doutrinas de segurança que violem o direito internacional, bem como tudo aquilo que advém da escassez de recursos naturais, terrorismo, narcotráfico e a delinquência internacional. Internamente, leva em consideração a corrupção, delinquência comum, tráfico internacional de drogas, grupos radicais que promovem a violência social, grupos terroristas e subversivos, além da depredação do meio ambiente (PERU, 2005, p. 63). No caso peruano, destaca-se já fundamentado em seu livro branco o setor ambiental com discurso embasado, além da presença marcante do setor societal. Desta forma, a formulação de políticas de Defesa no Peru, voltadas para a Amazônia, é bem descrita em seus documentos oficiais. Em outro ponto, é destacada a projeção geopolítica bioceânica do país em que é destacado:

El río Amazonas accede a lacuenca hidrográfica del Orinoco, la que se proyecta a la Cuenca delAtlántico. El Amazonas, además de ser navegable desde territorio peruano hasta el Océano Atlántico, materializa laproyección geopolítica bioceánica del Perú y convierte al territorio peruano y brasileñoen una plataforma de acceso a dos grandes océanos que llama a explotarlaventajasdelacceso estratégico a enormes mercados ubicado sen ambas cuencas (PERU, 2005, p. 50).

Neste trecho, verifica-se a presença na geoestratégia peruana de projeção presentes nas relações com o Brasil, na busca de acesso ao Oceano Atlântico. Em trechos seguintes, os eixos amazônicos com ligação direta com Belém do Pará, Acre e Rondônia, participação boliviana e o eixo central, passando pelo Mato Grosso do Sul são apresentados. Em relação às fronteiras,

⁴ Os livros brancos aqui considerados foram escolhidos a critério de disponibilidade. Os países cujo documento não foi localizado não foi considerado. Contudo, isto não os exclui da importância do debate aqui destacado.

[...]Los países amazónicos tienen problemas similares en su frontera con el Perú, por tal razón se viene fomentando la acción conjunta para afrontar los obstáculos y las amenazas provenientes de factores como la subversión, el narcotráfico, el contrabando, entre otros problemas de seguridad (PERU, 2005, p. 54-55).

Já a Bolívia traz em seu livro branco que as ameaças são todos os obstáculos que dificultam ou impedem os objetivos nacionais de serem alcançados e mantidos. “[...] Los fenómenos y consecuencias del narcotráfico, terrorismo, narcoterrorismo, pobreza, inestabilidad jurídica y política, deterioro del medio ambiente, desastres naturales y otros son amenazas reales para la estabilidad” (BOLIVIA, 2004, p. 45). Entretanto, a não dedica uma análise mais específica sobre a situação amazônica, ao contrário de seus vizinhos cuja a floresta faz parte do território.

A Colômbia, por seu histórico mais recente, tem em seu *modus operandi* de formulação de políticas de defesa o combate às guerrilhas ligadas ao narcotráfico. Eles elencam em seu livro branco seis fontes principais de ameaça ao Estado colombiano, todas com foco nas ações mais realizadas pelos grupos guerrilheiros ligados ao narcotráfico (COLOMBIA, 2003). Portanto, o debate securitizado pela Colômbia perpassa pelo combate a essas guerrilhas e toda política de Defesa que ali for formulada deve levar em consideração este fator.

A Amazônia aparece, na política de Defesa colombiana, ameaçada pelo narcotráfico. No texto, há a seguinte afirmação: “Si continua el cultivo de coca, la cuenca amazónica colombiana estará en grave peligro: la siembra de una hectárea de coca requiere la tala de tres hectáreas de selva virgen” (COLOMBIA, 2003, p. 27). Logo, é possível concluir que o discurso proposto pela Colômbia de securitização ambiental tem origem no setor societal.

O Brasil traz em sua Política de Defesa que o Estado brasileiro tem que estar preparado para responder a quaisquer tipos de ameaças de caráter preponderantemente externas (BRASIL, 2012). Para tanto, estabelece seis metas a serem cumpridas: aumentar a capacidade de direção e atuação conjunta das Forças Armadas; vigiar e proteger a totalidade do espaço aéreo brasileiro; participar de operações de paz e de ações humanitárias de interesse do país; aumentar o poder naval brasileiro; vigiar e proteger o território brasileiro, com ênfase na Amazônia e Centro-oeste; capacitar os quadros de Defesa nacional e dotá-lo com autonomia tecnológica (BRASIL, 2012).

Por ser o país com a maior faixa de floresta amazônica, há um foco especial para a formulação de políticas voltadas para a floresta. Em parte específica, o livro branco reconhece a importância da Cooperação Internacional para a promoção do desenvolvimento sustentável,

destacando a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) como política estabelecida neste setor. Contudo, afirma que o estabelecimento de políticas de Defesa fundamental é para garantir a soberania dos países neste trato, evitando, por exemplo, a biopirataria (BRASIL, 2012). Também dá especial destaque na gestão dos aquíferos. Na época da publicação do atual livro branco em vigor, 2012, o SAGA⁵ era o Áter do chão.

Para garantir a soberania da floresta, o Brasil estabelece políticas diversas no âmbito da Defesa. Neste caso, a cooperação entre os mais diversos setores é encarada como primordial para o sucesso das políticas para o setor. Um exemplo, é o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) que, apesar de ter este nome, também monitora a Amazônia fazendo uso de satélites:

O SISFRON é um sistema de monitoramento integrado aos demais sistemas similares que elevará a capacidade de comando e controle da Força Terrestre, permitindo reduzir o prazo de resposta frente a possíveis ameaças nas áreas de interesse, com especial atenção à Região Amazônica. (BRASIL, 2012, p. 199)

O livro branco brasileiro ainda traz a ameaça do narcotráfico como agravada pelo atual processo de globalização. Logo, ela deve também ser combatida no âmbito militar, pois está considerada dentro da zona de ilícitos transnacionais. Uma forma que o Brasil auxilia no combate à entrada de drogas no Brasil é a operação Ágata, realizada nas fronteiras do país, envolvendo efetivo das Forças Armadas, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça e órgãos estaduais.

Portanto, partindo da leitura e análise destes livros brancos é possível perceber que há um foco na formulação de políticas de Defesa destes países: a questão do narcotráfico. Contudo, a leitura que cada um faz é diferenciada, tendo em vista a formação histórica de cada país. Para que haja a catalisação da Comunidade de Segurança através do viés bilateral, a semântica em Defesa deve ser comunitária, ou seja, o entendimento por ameaças deve ser o mesmo.

O ponto focal, neste caso, seria o narcotráfico. Todos os países possuem um entendimento comum que o narcotráfico é uma ameaça à estabilidade nacional e regional e que ele deve ser combatido no meio militar. Todos entendem, ainda, que há uma correlação entre o narcotráfico e a Amazônia. Contudo, há uma distinção cultural e identitária que faz com que surjam as divergências. Enquanto a Colômbia enxerga o plantio da coca como algo problemático, a Bolívia entende como algo cultural. Neste sentido, pode haver um ponto de divergência entre estes dois países. Numa balança de relações, para que se construa os debates

⁵ SAGA – Sistema Aquífero Grande Amazônia. Mais informações, vide Madeiro (2015).

em Defesa da região amazônica, a questão do plantio da folha da coca deve ser posta para que o entendimento comum chegue a um patamar.

Outra questão a ser considerada é a integração da Amazônia. Enquanto os documentos brasileiros e peruanos abordam a integração e monitoramento da Amazônia como algo fundamental para a projeção internacional dos seus países, a Colômbia trata a floresta apenas como ameaçada pelo narcotráfico. Como a resposta não dada é também uma resposta, fica turva a intenção da Colômbia quanto à presença de seu Estado na Amazônia e com qual finalidade outra entende a floresta no campo defensivo.

Por fim, o caminho bilateral se complica mais ainda quando os países sentarem para debater um entendimento comum em questão de ameaça, segurança e defesa da Amazônia não gerarem desconfiança por parte das outras nações condôminas da floresta ou até mesmo de outras nações sul-americanas. Portanto, o perigo maior que pode surgir deste diálogo é a instalação de um dilema da segurança⁶ numa região há muito pacífica no que tange a relação interna entre os países. Por isso, talvez, o caminho a ser seguido na América do Sul seja o multilateralismo, no intuito de melhorar os debates entre os países e criar um vocabulário único em defesa.

O CAMINHO MULTILATERAL

Para o caminho multilateral, se estabelecem dois pontos focais: um mais amplo e um mais restrito. Para tanto, serão trazidas duas organizações multilaterais, uma que atua na América do Sul como o todo, a UNASUL, e a outra com foco especificamente na Amazônia. Neste caso, é válido ressaltar que a UNASUL busca por um entendimento comum no setor de Defesa. Contudo, abarca a América do Sul de forma geral, logo, tem por objetivo ressaltar o espaço sul-americano de forma unificada e não destacar uma região específica, como a Amazônia. Já a OTCA tem por finalidade ser uma organização socioambiental, não contemplando os debates em Defesa.

A UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS

A UNASUL foi uma organização internacional criada no ano de 2008, que congrega todo o subcontinente sul-americano. Num novo passo de integração regional, cujo início se

⁶O dilema da segurança é descrito por Herz (1950) como o conjunto de atitudes ligadas à busca por segurança num sistema anárquico. De forma direta, quando um determinado grupo busca se armar para garantir sua própria segurança, instiga outro grupo a fazer o mesmo em resposta ao primeiro. Isto faz com que os dois busquem mais garantias internas de segurança. Logo o dilema é: quanto mais segurança, menos segurança.

deu em 1978, com a OTCA (UNASUL, 2017), o subcontinente busca se reafirmar como uma zona pacífica. Para tanto, reafirmam que:

A consolidação de uma identidade sul-americana por meio do reconhecimento progressivo de direitos a nacionais de um Estado-Membro residentes em qualquer outro Estado-Membro, com o objetivo de alcançar uma cidadania sul-americana (UNASUL, 2017, p. 9).

A grande novidade da UNASUL é o estabelecimento do âmbito da Defesa como um dos eixos a serem defendidos⁷. Para tanto, é estabelecido no âmbito da Organização Internacional um foro específico de debates intitulado Conselho de Defesa Sul-americano (CDS). Na normativa que estabelece a criação da UNASUL, é posta como prioridade do CDS a promoção de ações de cooperação no campo de Defesa, levando-se em consideração as realidades nacionais tendo como objetivo constituir uma identidade defensiva sul-americana, com consensos em matéria de Defesa.

Para que isto ocorra, é estabelecida dentro do CDS uma instância de estudos voltada a aprimorar o vocabulário de Defesa dentro da organização. Este é o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED). A missão do CEED é determinada da seguinte forma:

O CEED-CDS terá como missão contribuir à consolidação dos princípios e objetivos estabelecidos no Estatuto do CDS, a partir da geração de conhecimento e difusão de um pensamento estratégico sul-americano em termos de defesa e segurança regional e internacional, sempre por iniciativa do CDS (UNASUL, 2017, p. 91).

Saint-Pierre e Silva (2013) afirmam que o CEED vem para fomentar uma visão de defesa compartilhada e semear um entendimento comum nas áreas de segurança e defesa, algo fundamental para a estruturação de uma Comunidade de Segurança. A composição do CEED leva em consideração o princípio de participação dos Estados-membros, sendo dois especialistas de cada país. A sede do Centro é em Buenos Aires.

Ainda sobre a importância da conotação conceitual, Saint-Pierre e Silva afirmam que:

A importância de uma adequada conotação conceitual fica exposta quando se procura a univocidade conceitual que permita negociações que possam conduzir um processo cooperativo entre países. Máxime quando nos ocupamos de processos na área da Defesa e Segurança Internacional, onde a construção social dos conceitos que envolve questões de segurança existencial, alta sensibilidade, percepções sigilosas, exposição de vulnerabilidades e capacidades institucionais (SAINT-PIERRE; SILVA, 2013, p. 298).

⁷Lembrando que os outros passos de integração tiveram características diversas, como econômica ou socioambiental.

Contudo, ainda que haja o encaminhamento para o debate acerca de um diálogo comum na área de Segurança e Defesa, sendo conduzido pelo CEED no âmbito da UNASUL, há uma dificuldade para a Amazônia: primeiro por conta de a floresta não ocupar todo o território. Ora, tendo em vista este fator, alguns países condôminos da floresta, como a Venezuela⁸, poderiam ver com maus olhos a questão de países alheios à região possuírem esta possibilidade de negociação. Ou seja, numa leitura breve, um país não condômino da Amazônia poderia ter uma ingerência sobre a floresta.

A este fator também se adota outro ponto preponderante para a formação de uma Comunidade de Segurança entre países condôminos da Amazônia: a identidade. Para que o processo de securitização tenha sucesso dentro da Comunidade de Segurança, as partes envolvidas devem se identificar para que haja o processo de integração mais profunda a tal ponto que os conflitos sejam considerados improváveis. Contudo, é um caminho que se busca para a firmação de uma identidade sul-americana em questão de Defesa. O processo para que haja, na América do Sul, uma Comunidade de Segurança, entretanto, é mais longo. Na Amazônia, se torna complexo.

Portanto, para se criar uma Comunidade de Segurança usando da UNASUL como “trampolim”, pressupõe um certo recuo para que os interesses dos países condôminos da floresta sejam preservados. Isso quer dizer que um certo recuo é necessário para que dentro da Organização surja uma espécie de subconselho, especificamente para determinar e delimitar ações com o tópico para a Amazônia. Contudo, os esforços do CEED são válidos e intensos. A busca por uma convergência nos debates em Segurança e Defesa podem ser aproveitadas para a aplicação dos temas em outro foro, dentro da América do Sul, mas com escopo mais específico: A Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA).

A ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICO

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA) surgiu no ano de 2002, conferindo ao Tratado de Cooperação Amazônico (TCA) uma personalidade jurídica. Segundo o Ministério das Relações Exteriores:

Atualmente, estão em execução numerosos projetos em áreas como meio ambiente, assuntos indígenas, ciência e tecnologia, saúde, turismo e inclusão social. Entre eles, destaca-se o Projeto Monitoramento da Cobertura Florestal na Região Amazônica, executado desde meados de 2011 em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O objetivo do Projeto é contribuir para o desenvolvimento regional da capacidade de monitoramento do desmatamento da Floresta Amazônica,

⁸ A isto, faz-se referência direta aos atritos entre Venezuela e Argentina no âmbito da OEA. Quaisquer posições sobre a floresta amazônica vindo dos platinos seria entendido como ingerência externa.

por meio de instalação de salas de observação nos países-membros e de capacitação e intercâmbio de experiências em sistemas de monitoramento. O projeto permitiu a elaboração pioneira de mapas regionais de desmatamento da Amazônia, através da compilação dos dados nacionalmente coletados (BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017).

A importância da OTCA se destaca neste contexto de transformação como uma possibilidade para os países membros da Organização Internacional de desenvolvimento sustentável para a Floresta, estabelecendo uma sede em Brasília, bem como delimitando agendas estratégicas com renovação a cada oito anos. Na atual agenda estratégica da OTCA destaca, para além da preservação e do desenvolvimento sustentável, o zelo dos interesses e soberania dos Estados amazônicos, a difusão e preservação das culturas indígenas, além de:

Facilitar el intercambio y la cooperación entre los Países Miembros promoviendo el desarrollo sostenible y modos de vida sustentable con carácter estratégico en la región a fin de mejorar la calidad de vida de sus habitantes, con énfasis en las poblaciones vulnerables, los pueblos indígenas y otras comunidades tribales (OTCA, 2011, p. 16).

Esta agenda foi desenvolvida no ano de 2010 e tem validade até o ano de 2018. Neste último ano haverá outra reunião com a finalidade de elaborar nova agenda para os oito anos seguintes. Há de se destacar nesta agenda a questão da valorização das culturas indígenas locais da Amazônia, num primeiro passo em direção ao reforço da identidade ligada à floresta.

A promoção de desenvolvimento através da vertente cooperativa também busca reforçar o peso da Organização Internacional para o progresso da área ligada à floresta. Ou seja, os países condôminos da Amazônia estão tomando uma atitude no intuito de desenvolver e se projetar geoestrategicamente. Para além disto, a existência da OTCA em si permite com que discussões sobre rotas comerciais através da floresta (tal qual o Peru preconiza em seu Livro Branco) sejam mais amadurecidas, sem causar possíveis atritos diplomáticos com outros países. Este tema também ocupa um tópico específico na agenda da OTCA para 2010-2018. Interessante ressaltar que a questão de infraestrutura de transportes dentro da OTCA é tratada em cooperação com a UNASUL. Já a questão da navegação fluvial, fala-se apenas em estímulo.

A agenda da OTCA também demonstra outro ponto interessante: o ponto “A”⁹ que trata da questão de gestão e preservação dos recursos naturais. Este ponto tem seis subtemas, os quais versam desde a preservação de biodiversidade ao uso do biocomércio. A floresta que

⁹ O documento se estrutura por pontos que vão de A a H, cada um contendo subpontos com números, exemplo A1, etc.

outrora esteve fechada para o mundo pelos países condôminos, agora vive numa busca por aproveitamento racional dos recursos naturais. A isto, pode ser entendido como uma busca por garantia dos recursos naturais.

Um tema cujo debate atual se intensificou e o qual é tratado dentro da agenda da OTCA está relacionado a questão indígena. Dentro do ponto “B”, são tratadas várias vertentes de ação para valoração da população indígena residente na Amazônia. O terceiro ponto versa sobre os territórios indígenas e, em um ponto, fala especificamente sobre a demarcação dessas terras. Neste ponto, é debatido desde a questão de compartilhamento de informações sobre as demarcações até mesmo o fluxo de indígenas entre os países membros da OTCA. Uma reserva que vez ou outra ocupa os noticiários é a Raposa Serra do Sol, que fica na região de tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana¹⁰.

As ações da agenda, como um todo, podem reforçar a questão identitária da floresta amazônica, no sentido de dar coesão a todos que vivem independente das fronteiras. Um dos princípios da Comunidade de Segurança é o de integração, em tal ponto que um conflito pode ser considerado improvável. A adoção e aplicação desta agenda pode auxiliar a reforçar isto.

Contudo, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica é limitado. O Tratado que a constituiu, no ano de 1978, foi pensado como uma resposta a um processo internacional já discutido anteriormente. Também foi constituído com uma finalidade bastante específica: socioambiental. Desta forma, desenvolver a Amazônia a ponto de a floresta ser uma Comunidade de Segurança, necessita ainda que debates acerca de políticas de Segurança e Defesa, específicas e comunitárias, sejam colocados em pauta de forma profunda. O que torna, por exemplo, o foco colombiano na preservação da floresta longe do campo de discussão sobre a produção da folha da coca, sendo este um debate pouco complexo tendo em vista a grande biodiversidade, bem como os recursos naturais presentes na Amazônia.

A UNASUL, estabelecendo o CEED como o caminho para buscar o diálogo comum em Defesa, facilitaria para que a OTCA ofertasse mais um passo na busca da Comunidade de Segurança com base numa cooperação dissuasiva. O alinhamento dos discursos em questão de Segurança e Defesa aponta para ameaças em comum a serem securitizadas.

Isto posto, a ação da OTCA em integrar tanto economicamente quanto culturalmente a Amazônia, traz um ponto positivo para reforçar a identidade. As ações da OTCA, se implementadas, garantirão não apenas o desenvolvimento econômico de forma sustentável,

¹⁰ Válido destacar que a demarcação foi anterior à adoção da Agenda 2010-2018. Contudo a existência dela já é um fator que merece ser destacado para uma possível formação de uma Comunidade de Segurança.

mas a sensação de uma floresta cinética¹¹, em contraposição à floresta potencial que ora vislumbramos. Contudo, ainda que a Comunidade de Segurança pressuponha uma conceituação teórica que compreenda que não há uma possibilidade de conflito, não se pode descuidar das fronteiras, principalmente para, caso dê frutos, haja a securitização do crime transnacional dentro da floresta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo permitiu observar que as questões relativas à Segurança e Defesa na América do Sul são bem mais complexas do que se espera. As percepções dos Estados por sobre ameaças perpassam por suas formações históricas e de suas sociedades. Ora, perceber as dimensões histórico-culturais é fundamental para que sejam direcionadas as políticas comunitárias a posteriore.

Através da análise dos documentos de Defesa dos países e da bibliografia, percebeu-se que as possibilidades de estabelecer um caminho bilateral seria muito longo, ainda que possível. O reforço das identidades amazônicas e a criação de um vocabulário conjunto em defesa sofreria processos de deterioração a cada vez que um novo debatedor fosse inserido. Além de, quando fosse iniciado um debate bilateral, possivelmente ser mal interpretado pelos outros países condôminos da floresta, tendo em vista que haveria uma exclusão destes, podendo até ser gatilho para um Paradoxo da Segurança.

No âmbito multilateral, se observa que há um esforço das organizações internacionais sul-americanas ou para criar um vocabulário comum em defesa, ou para reforçar a identidade amazônica através da integração da floresta. Dentro da UNASUL, há o CDS, que possui um centro, o CEED, cuja a finalidade é buscar um entendimento comum para toda a América do Sul na temática de Segurança e Defesa.

Sendo assim, o caminho para a formação de uma Comunidade de Segurança ainda que longo, encontra-se nos estágios iniciais. Contudo, há percepção por parte dos países condôminos da floresta amazônica de que o debate tem que ser feito e de que maneira ele deva ser conduzido. Neste ponto, a junção dos objetivos do CEED e OTCA é fundamental para que a Comunidade de Segurança tenha uma gênese. Contudo, uma reforma da OTCA pode ser sugerida, para que os debates no entorno de Segurança e Defesa tenham espaço dentro da organização.

¹¹ Neste ponto, é feito um empréstimo do termo utilizado pela Física, em que contrapõe o cinético ao estático.

REFERÊNCIAS

- BOLIVIA. MINISTERIO DE DEFENSA. **Libro Blanco de Defensa**. La Paz: Instituto Geografico Militar, 2004. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/spanish/documentos/Bolivia - 2004.pdf>>. Acesso em: novembro de 2017.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Libro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Imprensa Oficial, 2012. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: novembro de 2017.
- _____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Amazônia**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/amazonia>>. Acesso em: outubro de 2017.
- _____. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>>. Acesso em: maio de 2017.
- _____. **Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/691-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-otca>>. Acesso em: maio de 2017.
- COLOMBIA. MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL. **Política de Defensa y Seguridad Democrática**. Bogotá: Republica de Colombia, 2003. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/spanish/documentos/Colombia.pdf>>. Acesso em: novembro de 2017.
- MADEIRO, Carlos. **Maior Aquífero do Mundo fica no Brasil e abastecerá o planeta por 250 anos**. 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/03/21/maior-aquifero-do-mundo-fica-no-brasil-e-abastecer-a-planeta-por-250-anos.htm>>. Acesso em: abril de 2017.
- OTCA. **AGENDA ESTRATÉGICA DE COOPERACIÓN AMAZÓNICA**: Aprobada en la X Reunión de Ministros de Relaciones Exteriores del TCA. Brasília: Otca, 2011. Disponível em: <<http://www.otca-oficial.info/assets/documents/20160629/bfa5dfe5a1ca92b4efdb102ee8e54634.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017.
- PERU. MINISTERIO DE DEFENSA. **Libro Blanco**. Lima: Gobierno de Peru, 2005. Disponível em: <https://www.mindef.gob.pe/libro_blanco.php>. Acesso em: novembro de 2017.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis de; SILVA, Diego Lopes da. A Torre de Babel Sul-Americana: A importância da Convergência Conceitual para a Cooperação em Defesa. In: CARMO, Corival Alves do et al. **Relações Internacionais: Olhares Cruzados**. Brasília: Funag, 2013. p. 281-314.
- UNASUL. **Normativa**: UNASUL - CDS - CEED - ESUDE. América do Sul: Imprensa Oficial, 2017. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativa_unasul_2017.pdf>. Acesso em: novembro de 2017.